

# ELES EM / NÓS

RETÓRICA E ANTAGONISMO  
POLÍTICO NO BRASIL DO SÉCULO XXI

IDELBER AVELAR

1ª edição



EDITORA RECORD  
RIO DE JANEIRO • SÃO PAULO

2021

Direitos exclusivos desta edição reservados pela  
EDITORA RECORD LTDA.

Rua Argentina, 171 – Rio de Janeiro, RJ – 20921-380 – Tel.: (21) 2585-2000.

---

Produzido no Brasil

ISBN 978-65-5587-258-3

Seja um leitor preferencial  
Record.

Cadastre-se no site

[www.record.com.br](http://www.record.com.br) e

receba informações sobre

nossos lançamentos

e nossas promoções.

Atendimento e venda direta ao leitor:

[sac@record.com.br](mailto:sac@record.com.br)



Para Alexandre, Laura e Benjamin

# Sumário

## *Introdução*

### **1. Para uma genealogia do Brasil Grande: hipérbole e desenvolvimentismo de Geisel a Rousseff**

Hipérbole e euforia

A crítica do PT ao Brasil Grande populista

A geopolítica de Golbery e a retórica do programa nuclear

A hipérbole do varguismo ao dilmês

### **2. Mascaramento de antagonismos: a retórica do sistema político oligárquico**

Presidencialismo de coalizão

Pemedebismo, a jabuticaba política

O ornitorrinco como metáfora do Brasil

A retórica do pacto

A retórica da amnésia

### **3. O oximoro lulista: o gerenciamento do antagonismo via paradoxos**

O lulismo como gerenciador de antagonismos

A invenção do oximoro lulista

A exaustão do oximoro e o colapso do pacto lulista

A escola Dilma-Mantega e o 11 de Setembro do setor elétrico

#### **4. Lexicocídio e eufemismo: a Amazônia como colônia energética**

Introdução ao Antropoceno

O meio ambiente e o cemitério das palavras

O fim do ambientalismo lulista

Energia limpa e limpeza étnica: o caso Belo Monte

Eufemismo e genocídio: os guaranis e kaiowás

#### **5. Nome próprio e tautologia: sobre Junho e a Lava Jato**

Sobre o nome próprio durante o lulismo

Junho: história e condições de possibilidade de um nome

Junho como ato de fala singular e múltiplo

A retórica tautológica da Lava Jato

#### **6. O bolsonarismo e a rebelião do eles**

O bolsonarismo como erro: teorias do “ódio” e da “fraude”

O bolsonarismo como coalizão e mosaico

O Partido do Boi e o Partido Teocrata

O Partido da Ordem e o Partido do Mercado

O Partido dos Trolls

O bolsonarismo e o antagonismo represado

*Epílogo: Do pré-sal à cloroquina*

*Notas*

*Glossário*

## Introdução

Este livro tenta responder a uma pergunta que milhões de brasileiros já se fizeram em algum momento recente, e que vem também ocupando milhares de pesquisadores: *como teve lugar isso que nos aconteceu?* O problema é complicado, porque os acontecimentos têm sido surpreendentes (ninguém, em disciplina nenhuma, tem uma coleção de previsões corretas sobre o Brasil de 2013-20) e vêm se sucedendo em velocidade estonteante. Para piorar a situação, é impossível nomear *isso* que nos aconteceu sem perder, de bate-pronto, pelo menos um terço dos interlocutores possíveis. Na verdade, se você for rigoroso no seu trato com a linguagem e com os estudos que o precederam, possivelmente perderá mais um terço do universo hipotético de leitores. O gênero que reúne os livros escritos sobre o Brasil contemporâneo tem a característica de ser um terreno minado, no qual as palavras estão sobressignificadas. Pense-se no exercício que passamos a fazer os brasileiros com cada vez mais frequência, de automaticamente designar um lugar, uma tribo social aos sujeitos que usam um determinado termo, mesmo que esse uso seja ocasional e pouco importante. Se há algo que se tem aprendido fartamente no Brasil contemporâneo, em todas as faixas sociais, é que as palavras importam. Mas elas importam de uma maneira que não está sempre clara. Há pesquisas interessantes na análise do discurso, inclusive, que sugerem que quanto mais elas passam a importar, política e ideologicamente, menos visíveis ficam, para o falante, os mecanismos de seu funcionamento.

O Brasil vive antagonismos políticos que não podem ser nomeados sem que, automaticamente, você assuma uma posição. Estes antagonismos hoje não tomam a forma de uma diferença, mas de um *diferendo*: aquela diferença que é inominável em língua neutra, uma cisão tão decisiva que só pode ser nomeada uma vez que você se instala no interior da cisão mesma, em instalação contemporânea ao próprio ato de nomear. A consequência disso é, até certo ponto, uma obviedade, mas é um ponto de partida fecundo para este livro: na chamada crise política brasileira de 2013-20, a linguagem tem cumprido um papel central, mais decisivo que em outras crises, porque o português brasileiro em que se fala e se faz a política transformou-se notavelmente nos últimos vinte anos, em termos lexicais, semânticos, sintáticos, pragmáticos e retóricos. Gosto de brincar com amigos que um brasileiro que hibernasse em 1995 e acordasse em 2010 não teria grande dificuldade de ler os jornais, por mais que ele pudesse se surpreender com a popularidade de Lula (então por volta de 80%) e com o fato de que haveria Olimpíadas no Brasil. Uma história muito distinta aconteceria com nosso hipotético viajante da máquina do tempo que acordasse seis, oito ou dez anos depois da passagem de Lula a Dilma em 2010. Este livro apresentará um guia de algumas dessas transformações e um argumento acerca do porquê de elas serem tão essenciais na explicação *disso que nos aconteceu*.

Como poderíamos sintetizar *isso* em superlativos, para iniciar a conversa já provocando algum desconforto em pelo menos dois terços do universo de leitores possíveis? A partir de junho de 2013, o Brasil testemunhou o maior levante popular de sua história (2013); o seu maior estelionato eleitoral moderno (2014); sua maior recessão econômica de todos os tempos (2014-17); um maciço movimento pela derrubada da presidente recém-eleita que contou com a maior multidão já reunida em um dia na rua (2015); um processo de impeachment que terminou interrompendo o governo dessa

presidente (2016); o maior dos escândalos de corrupção, exposto, mas também recortado e editado, pela Operação Lava Jato (2014-18); as tensas condenação (2017) e prisão (2018) de um ex-presidente que havia sido o líder mais popular do país; o chocante assassinato de uma amada vereadora e líder popular, no que foi talvez o crime político de maior repercussão internacional do Brasil pós-ditatorial (2018), a surpreendente eleição, como novo presidente, de um inexpressivo parlamentar do baixo clero conhecido por declarações homofóbicas, misóginas e militaristas (2018); as também chocantes revelações da Vaza Jato (2019), que demonstraram desvios éticos e profissionais graves de procuradores e do juiz da Lava Jato; e, finalmente, os dois primeiros anos de governo marcados pelo desmonte ambiental, educacional, científico e diplomático, além de ofensivas extremistas contra populações desprotegidas. Se você pertence ao 0,1% da população que não tem qualquer objeção à caracterização dos acontecimentos apresentada neste parágrafo, ótimo. Àqueles que estão situados nos outros 99,9%, peço que suspendam os juízos prévios sobre o Brasil recente e me acompanhem ao longo das próximas centenas de páginas. Em troca, prometo que as afirmações factuais feitas aqui estarão documentadas, que os argumentos serão baseados em dados apresentados ao leitor e que as palavras-chave serão discutidas, inclusive porque o processo pelo qual elas mudaram de sentido é inseparável do processo pelo qual a catástrofe nos aconteceu. As acepções em que uso essas palavras-chave estão definidas em um glossário que acompanha o livro ao final, cuja leitura é apenas ancilar, não obrigatória para a compreensão do argumento.

Parte da pesquisa que informa este livro é acadêmica, mas ele foi escrito para ser lido por qualquer brasileiro que tenha acompanhado, pela imprensa e/ou como cidadão, os acontecimentos dos últimos anos. Aqui estão reunidas duas facetas do meu trabalho. Por um lado, meus livros e artigos acadêmicos, não importa o objeto (literatura brasileira, literaturas e culturas hispano-americanas, teoria literária,



música brasileira popular), sempre se interessaram pelo funcionamento da retórica e pelo cruzamento entre questões estéticas e questões sociais e políticas. Por outro lado, pelo menos desde o começo de século, tenho mantido uma intervenção sobre política cotidiana na mídia tradicional ou eletrônica. Este é um livro sobre a política brasileira feito por um profissional de Letras, do ponto de vista da análise do discurso, e também por alguém que se posicionou nos principais debates políticos brasileiros deste século com textos de opinião, participação em manifestações e declarações de voto. A voz que fala neste livro se diferencia um pouco de ambas, no entanto. Ao contrário dos meus escritos na imprensa e na internet, em que a voz é mais incisiva e se posiciona com agilidade e sem ambiguidade sobre um fato dado, aqui não haverá pressa de chegar a uma “posição”. O texto procederá com um pouco mais de calma, iluminado por bibliografia, dados empíricos e contra-argumentos. Este livro defende determinadas teses, claro; é impossível escrever um livro sobre a contemporaneidade política sem defendê-las, ainda que implicitamente. Mas elas serão bem menos importantes para o livro do que os argumentos em si, que giram em torno da premissa de que falta, na bibliografia sobre o Brasil contemporâneo, um estudo da interseção entre o processo político e as transformações na linguagem. Aliás, no Brasil contemporâneo, tem faltado interseção entre muita coisa. As ilhas de excelência de cada campo bibliográfico tendem a se escrever sem muita comunicação com ilhas semelhantes em outras disciplinas. Ao contrário da voz que fala em meus livros de crítica literária, aqui não se pressuporá que o leitor domina termos técnicos, e o texto visa abrir-se a um público mais amplo, não se fechar em um círculo de especialistas. O projeto é combinar rigor e clareza, em suma. O leitor decidirá se fui bem-sucedido.

Rastrear o que aconteceu na política brasileira das últimas décadas é complicado porque, muito mais do que havia sido o caso em outros estudos também contemporâneos a seus objetos, *as fontes estão*

*singularmente implicadas nos próprios acontecimentos.* Isso quer dizer que, para conhecer a Operação Lava Jato, as duas grandes fontes serão o jornalismo e os escritos de procuradores e do juiz. Mas é hoje evidente que o jornalismo foi parte da produção do próprio fenômeno que ele noticiou, o que o torna algo que você também deverá desmontar retoricamente, ou não começará a entender a Lava Jato. O mesmo pode ser dito de várias disciplinas acadêmicas encarregadas de estudar aspectos da realidade social. Na ciência política, a hegemonia de um conceito, o presidencialismo de coalizão, trouxe consigo um arcabouço que, não raro, foi entendido de forma prescritiva pela disciplina — ou como a descrição de um estado ótimo de coisas, de uma pertença genuína do Brasil ao rol das democracias maduras. O arranjo fotografado pelo conceito de presidencialismo de coalizão, claro, espatifou-se em junho de 2013, mas foi enterrado com pompa e circunstância mesmo pela insurgência bolsonarista. Seu último suspiro foram as previsões de cientistas políticos de que o sistema recompor-se-ia e o segundo turno de 2018 seria disputado de novo pelas coalizões petista e tucana. Erros de previsão se tornaram rotina no Brasil dos últimos anos, é claro, mas aqui se tratava de algo mais enraizado: o próprio arcabouço com que a disciplina tinha entendido o sistema político brasileiro ao longo de três décadas estava em pedaços. O modelo da ciência política não foi a única coisa a se despedaçar no Brasil dos últimos anos, mas esse talvez tenha sido um dos despedaçamentos mais alegóricos quando se trata de entender o que aconteceu com o sistema político.

Pareceu-me que, na cacofonia de livros sobre o Brasil de hoje, justificava-se a escrita deste, sobre os embates e os gerenciamentos dos antagonismos políticos no país do ponto de vista da linguagem, da análise do discurso. Em não poucos casos, as ciências sociais, encarregadas de estudar esses processos políticos, aceitaram trabalhar com definições notadamente frouxas e opacas de termos como “golpe”, “fascismo”, “classe rentista”, “auditoria da dívida” ou

“neoliberalismo”, algumas vezes por compromisso com uma força política em particular, algumas por *esprit de corps?* e outras por genuína crença na transparência dessas palavras ou impossibilidade intelectual de imaginar algo diferente. O fato é que ao se deparar com a bibliografia sobre o “golpe” de 2016, por exemplo, notar-se-á a premissa de que alguns sujeitos políticos são fundamentalmente virtuosos e podem, no máximo, cometer “erros”, enquanto de outros sujeitos pressupõe-se de antemão um intento maligno tramado alhures. Aqui, nesse processo pelo qual se narrou a política com a linguagem da moral, algum treinamento em análise retórica teria sido útil, ainda que fosse para montar uma teoria do golpe mais crível, em algum gênero que não fosse o melodrama, ou que escondesse melhor a deliberada confusão entre golpe como golpe de Estado e golpe como ardil ou trapaça. A esse ponto se chegou: toda uma teoria montada sobre o ato de ocultar do leitor a barafunda entre duas acepções de uma palavra no dicionário. Em todo caso, boa parte do mundo acadêmico exemplificou nossa quase impossibilidade de tomar o processo político como objeto e analisá-lo, não com “neutralidade” (esse espantalho que se invoca para justificar ideologização extrema do trabalho acadêmico), mas com um mínimo de rigor. Digamos que o ideal seria um trabalho que pelo menos não escondesse contraevidências: por exemplo, que não brandisse a predominância de brancos nas manifestações pró-impeachment omitindo pesquisa que mostra comparável predominância de brancos nas manifestações anti-impeachment. Isso a que chamamos no mundo anglófono de *cherry-picking*, a utilização seletiva de evidência, tem sido o pão com manteiga de boa parte da bibliografia sobre o Brasil contemporâneo. Em não poucos casos, as fontes são sintomas do próprio processo que elas pensam estar explicando.

Claro que esses ligeiros deslizes metodológicos não seriam nada comparados com a máquina de distorção e difamação que a extrema direita montaria alguns anos depois, parcialmente em cima de uma

coleção de procedimentos retóricos que o próprio populismo lulista havia inaugurado. Na blitzkrieg bolsonarista, dissolvem-se algumas diferenças que ainda se notavam na bibliografia petista e parapetista. Nestas, há uma operação de distorção de alguns conceitos (como “golpe”), compilação seletiva de evidências (apontar reunião de Michel Temer tramando com Eduardo Cunha enquanto se omite reunião três meses anterior de Aloizio Mercadante tramando contra Temer — com o beneplácito de Dilma Rousseff, cujas pautas de governo Temer então representava, aprovando legislação, no Congresso), inversões deliberadas de datas (como sugerir trama tucano-pemedebista pró-impeachment anterior à presença de multidões nas ruas), grosseiras narrativas sobre o papel da imprensa (que omitem que em agosto de 2015 o *Jornal Nacional* lançava editorial contra o impeachment) e inclusive adulteração deliberada (ou pelo menos ignorante) de citações, como na famosa gravação de Sérgio Machado com Romero Jucá, cujas transcrições não raro omitem o trecho “salva Lula, salva todo mundo”. Essas operações revelam uma predisposição tendenciosa, que distorce a coleta e a apresentação do material do pesquisador, e se cozinham no meio acadêmico ao longo de anos, mas muito especialmente a partir de 2014-15, época de uma notável ideologização e realinhamento ao lulismo, mesmo de setores até então críticos a ele. O notável é que também se articulava, em algo que poderíamos chamar Brasil Central, uma paródia raivosa desses procedimentos, só que agora com sinal trocado e uma injeção de esteroides, Viagra e absinto. Na rebelião bolsonarista, dissolve-se a diferença entre a distorção da realidade e a realidade mesma, e a distorção passa a ser o mecanismo fundamental por meio do qual a própria realidade é *produzida* — não apenas retratada, fotografada ou estudada. Evidentemente, o mundo da bibliografia progressista, depois de duas décadas de carícias trocadas com o lulismo, não tinha notícia de que se cozinava aquele tsunami de ressentimento.

Encontrar um espaço respirável em que essas teias de retroalimentação entre lulismo e bolsonarismo possam ser estudadas não é simples, porque a coalizão extremista que venceu as eleições de 2018 é raivosamente anti-intelectual e nenhuma pesquisa independente séria pode existir em seu entorno ou em diálogo com ela (o que não quer dizer que ela não possa e não deva ser objeto de estudo, evidentemente). Por outro lado, a coalizão lulista-parapetista, dominante nas ciências sociais dos meios universitários, tenderá a receber qualquer hipótese que analise criticamente o período com a acusação de que ali se estaria “culpando” o lulismo pela emergência do bolsonarismo, ou “igualando” lulismo e bolsonarismo como dois supostos extremos de uma linha, ou postulando o lulismo como “causa” do bolsonarismo. Essas reclamações contra espantalhos passaram a ser o motor de boa parte do ensaísmo e das ciências sociais lulistas e parapetistas. Parecer cúmplice do bolsonarismo ou parecer equipará-lo a qualquer coisa civilizada pode fulminar uma carreira, então é melhor receber certas hipóteses de trabalho com intensa hostilidade antes de sequer ouvi-las. Por outro lado, como a coalizão extremista venceu e já em seus dois primeiros anos de governo mostrou ser mesmo bibliocida e ter a universidade como inimiga a ser eliminada, a bibliografia não poderia senão dar testemunho desse ambiente hostil a qualquer trabalho crítico, às vezes apenas sintomatizando-o na impotência. Em todo caso, falar-se-á aqui de *retroalimentação* entre lulismo e bolsonarismo, o que é coisa bastante diferente de identidade, culpa ou causalidade. Como as acusações de que determinadas posições acadêmicas pressupõem identidade, culpa ou causalidade do lulismo com o bolsonarismo passaram efetivamente a fazer parte do campo discursivo, da conversa sobre os fenômenos, essas próprias interpelações terão que ser analisadas como sintomas.

Como sabemos, culpa não é uma boa categoria para se analisarem processos sociais. Se, no limite, e violando a Lei de Godwin, pode-se dizer que a “culpa” pelo Holocausto foi de Hitler e sua coalizão, nos

processos brasileiros que analisamos aqui são muito mais difusas e múltiplas, e nem sempre óbvias, as responsabilidades (eliminemos “culpa” em prol desse termo). Os sujeitos que executam esses processos operam circunscritos por limites políticos, jurídicos e linguísticos, mas no Brasil da bonança das commodities, em vários contextos, também operaram com considerável latitude de escolha. Por exemplo, na literatura econômica séria pode haver discussão sobre até onde a explicação deve voltar o relógio, mas há consenso sobre onde repousam as principais responsabilidades sobre a recessão de 2014-17: em razões predominantemente internas e não externas. Essa conta é nossa. E no interior dessa realidade brasileira, caso a caso, as responsabilidades são mapeáveis com maior ou menor grau de consenso, mas há que se fazê-lo à luz de evidência empírica, eis o requisito mínimo. É difícil culpar o mercado internacional pelo chamado 11 de Setembro do setor elétrico, por exemplo. Quanto ao outro conceito, o leitor verá que a análise do discurso não trabalha com a categoria de causalidade. Os laços entre linguagem e mundo, ou entre fatos discursivos e sociais, são descritos com um vocabulário no qual não se recorre ao primarismo do “X causou Y”. Em vez disso, enfatiza-se a imbricação mútua, dialética entre os termos da equação, sempre lembrando que em cada ato linguístico há várias equações operando simultaneamente, que envolvem o sujeito falante, o seu entorno social, o código ao qual ele recorre e o destinatário ao qual ele se dirige. No entanto, ao contrário das teorias da comunicação nas quais se origina esse vocabulário (emissor, receptor, código, canal, contexto), a análise do discurso não entende a mensagem como um objeto claro que viaja do emissor ao receptor. Para a análise do discurso, esses próprios sujeitos são feitos do seu conjunto de interações discursivas, eles não existem fora delas. Não se pode descrever uma briga usando sempre as mesmas palavras se um dos objetivos da briga era justamente mudar o sentido dessas palavras. Esse é o caso, me parece, do Brasil contemporâneo. Por isso, ao se

falar em retroalimentação ou imbricação mútua entre lulismo e bolsonarismo, que mantenhamos longe as categorias de culpa e de causalidade. Deixemos de lado, em suma, o vocabulário da moralidade e das teorias mecânicas do social.

Minhas restrições a giros retóricos de setores da bibliografia não querem dizer, é claro, que eu não a tenha utilizado abundantemente nesta empreitada, ou que ela não me pareça em vários sentidos já bastante rica. Durante a preparação deste livro, li com a maior atenção que pude a ciência política, em suas descrições do sistema político do país; um bom naco da sociologia, especialmente a que se produz sobre o sistema carcerário, as populações evangélicas, o racismo e a operação de um dos braços armados do Estado, a Polícia Militar; os juristas do país, tanto no que tange às várias polêmicas em torno ao Direito Constitucional e a atuação do STF como na dimensão mais propriamente penal instalada pela Lava Jato; o jornalismo que se produziu sobre as revoltas de Junho, o impeachment e a ascensão do bolsonarismo; economistas que mapeiam de formas diferentes (mas com alguns acordos básicos) os processos econômicos vividos pelo país; e parte da caudalosa antropologia brasileira deste século, que vai nos iluminar aqui tanto na atenção que trouxe à Amazônia e ao saber ameríndio como nas incipientes etnografias do bolsonarismo. Claro que será impossível dialogar individualmente com cada um desses trabalhos, mas a totalidade do que escrevi está informada por essas leituras e o livro traz um abundante aparato de notas ao final, para quem queira se aprofundar. Os colegas especialistas nessas várias disciplinas dirão se fiz justiça a essa produção acadêmica.

O objeto deste livro é o que nos aconteceu neste século, mas seus capítulos não estão estruturados cronologicamente, por um motivo sobre o qual tenho bastante convicção. Tenho para mim que o alinhavo cronológico, sequencial e presumivelmente causal dos acontecimentos tem sido uma das maiores fontes de mistificação, mesmo que involuntária, do processo histórico brasileiro recente. Não

vai aqui uma crítica aos historiadores, inclusive porque o mais característico da melhor historiografia é recusar cadeias causais toscas. Mas temos, em várias disciplinas, uma lista de livros e artigos que consistem em um “De Junho à Lava Jato” ou “De Junho ao golpe” ou “Da Lava Jato ao fascismo”, ou outras combinações que se podem fazer entre os termos, nas quais a estrutura “De ... a ...” frequentemente pressupõe uma relação causal e automática. Não vejo nada de errado em si com a estrutura linguística indicadora de passagem do tempo, eu mesmo a uso. Mas o ideal seria deixar claro, no corpo do texto, que a relação entre os dois termos não é de causa-consequência simples. Por isso, para embaralhar um pouco a sequência histórica e permitir a modelagem dos acontecimentos de outra forma, os capítulos estão estruturados em torno de *categorias retóricas*, e passeiam pelos vários momentos históricos segundo a necessidade gerada por cada um dos principais núcleos retóricos da política brasileira. O objetivo é, ao final dos seis capítulos, compor um mosaico que ilumine *isso* que nos aconteceu.

A dificuldade extra que este objeto de estudo apresenta é que parte substancial da linguagem da política brasileira contemporânea se gestou em um espaço, a internet, marcado não apenas pela tradicional diferença de acesso entre classes, mas agora também entre gerações. É comovente ver a dificuldade de tantos acadêmicos de ciências humanas e sociais perguntando-se como é possível “perder tempo” com o “lixo” do YouTube, WhatsApp, Twitter ou Facebook, dois anos inteiros depois de que esses espaços já eram responsáveis pela indicação dos ministros de Estado sob os quais vivem esses mesmos intelectuais. Para dificultar ainda mais a empreitada, a história da internet inclui, como é o caso com as instituições brasileiras recentes em geral, um momento de lua de mel com o lulismo, durante o qual parecia se desenhar uma utopia da informação descentralizada em URLs abertas e produzida pela cidadania engajada, em um movimento no qual o Ministério da Cultura de Gilberto Gil e Juca



Ferreira teve grande protagonismo. Antes da consolidação das chamadas redes sociais (tanto as abertas como Twitter ou YouTube quanto a mais enclausurada, o Facebook), a internet brasileira viveu uma década de notável florescimento de blogs e revistas on-line, a partir dos quais se chegou a sonhar com uma esfera pública eletrônica horizontal e cidadã. Como se passou disso à distopia em que uma corrente conspiratória de extrema direita gestada na internet, o olavismo, indica ministros de Estado, é uma história complicada de se contar. O acadêmico mais tradicional tropeça até mesmo para entender o que é o Reddit ou como funciona um encaminhamento de WhatsApp. Por outro lado, a maioria daqueles que viveram toda a trajetória da internet não tem o costume ou o traquejo de analisar fenômenos sociais complexos, que se desenrolam em temporalidades alongadas, opostas em tudo às temporalidades do instantâneo das redes, que estão em constante transformação e que incluem o/a próprio/a observador/a. Em todo caso, junto com a história do sistema político e das linguagens que tradicionalmente o acompanham (da sociedade civil, do Legislativo, do Judiciário, dos meios de comunicação), há que se contar agora também a história desse espaço multitudinário no qual se gestou outra linguagem, decisiva nas eleições de 2018, mas bastante relevante já antes. O livro tentará não se furtar a essa tarefa.

O capítulo 1 lida com as hipérboles na história brasileira contemporânea, e é o único que volta no tempo até os anos 1930-40, durante a invenção varguista da categoria de povo brasileiro. Aqui eu me apoio no trabalho pioneiro de uma analista do discurso na política, Maria Emilia A. T. Lima, que detalhou a forma como Vargas inventou um “povo brasileiro” por meio de seus discursos de 1º de maio, tanto durante o Estado Novo como durante o mandato democrático dos anos 1950. O capítulo prossegue analisando a hipérbole do Brasil Grande durante a ditadura militar, desde suas raízes na Escola Superior de Guerra, onde o intelectual orgânico da

ditadura, Golbery do Couto e Silva, formulara um projeto de nação ancorado na geopolítica, até a retórica do programa nuclear brasileiro, o genocídio ameríndio sob a ditadura e o projeto dos militares para uma Amazônia entendida como colônia energética a ser ocupada. O terceiro tripé do capítulo é o funcionamento da hipérbole durante o lulismo, uma corrente que, especialmente em sua fase dilmista, herda de Geisel um intenso privilégio a um substantivo e dois adjetivos em particular: “planejamento”, “nacional” e “estratégico”.

A hipérbole é um componente essencial de como esses sujeitos políticos entenderam o Brasil, não apenas em seu sentido básico de “exagero”, mas também no sentido original, etimológico, que é bem curioso. *Hyperballein* é um verbo grego que significa “lançar lá na frente”, “jogar adiante”. Um dos traços relevantes da hipérbole do Brasil Grande tem sido esse: lançar lá adiante as projeções de crescimento, as metas de inflação, os subsídios, e dobrar a aposta (não por acaso, uma das frases mais famosas de Dilma conclui com esse bordão). Se o planejamento estratégico deu errado, conserta-se *com mais planejamento estratégico*. O capítulo 1 terá a oportunidade de detalhar esse funcionamento, no qual a hipérbole designa um *processo*, não a fotografia de um exagero em si. Ao terminar o capítulo, o objetivo é que o leitor tenha os contornos do que seria uma genealogia da metáfora hiperbólica do Brasil Grande e uma compreensão do que têm sido os efeitos dessa operação retórica na história política moderna. Parece razoável supor, com base na pesquisa feita aqui, que maior incidência da hipérbole do Brasil Grande tenderá a acompanhar os momentos de fortalecimento, ditatorial e/ou carismático, do Estado ou de seu chefe.

O capítulo 2 está armado em torno ao *antagonismo* (ou, para falar kantianamente, *antinomia*). Aqui a ênfase será no que poderíamos chamar de mascaramento dos antagonismos no Brasil, um tema que não é estranho à ciência política de Fernando Limongi e Jairo Nicolau ou ao ensaísmo político de filósofos como Marcos Nobre e sociólogos

como Chico de Oliveira. Apoio-me no trabalho destes e outros pensadores brasileiros para fazer um inventário das formas como se refletiu sobre o que até recentemente parecia ser quase uma fatalidade do nosso sistema político: a de que os antagonismos ficassem mascarados, negociados por meio de um gerenciamento no qual a pactuação e a amnésia cumpriam papéis decisivos. Marcos Nobre descreveu o arranjo político brasileiro com o termo *pemedebismo*, um sistema no qual os antagonismos são levados a uma sala de portas fechadas e gerenciados a partir de um regime de vetos e chantagens. Chico de Oliveira usou a metáfora do *ornitorrinco*, o estranho mamífero que se move como réptil e mantém características de um anfíbio — Chico gostava da imagem para descrever o capitalismo brasileiro em seu atravessamento por múltiplas temporalidades, que tendem a combinar o mais moderno e o mais arcaico. Não ignoro que colegas da ciência política possam se opor à inclusão do conceito de presidencialismo de coalizão nesse grupo, mas me pareceu que do ponto de vista formal, retórico, havia suficientes semelhanças com o pemedebismo e com o ornitorrinco para que eles fossem apresentados como trinca.

O capítulo 2 oferece também uma descrição de dois componentes retóricos desse sistema mascarador de antagonismos: a retórica do pacto, por meio da qual o sistema político tradicionalmente impediu que florescessem e se consolidassem antagonismos, e a retórica da amnésia, que é para nós quase um componente ontológico da nacionalidade mesma, uma espécie de nome de quem somos, verdadeira invariante trans-histórica da história do país. Essa genealogia do mascaramento de antagonismos pela retórica do pacto e da amnésia será importante para este livro, porque uma de suas teses é que *o bolsonarismo representa uma insurgência de antagonismos represados* (no sentido freudiano, não rousseffiano, de “represado”, ou seja, vivido como memória traumática e depois reprimido), ali expressando-se, é evidente, de forma distorcida e imaginária. Brandir

o antagonismo incessantemente produzirá o efeito de transformar o antagonismo em *antinomia*, ou seja, em um antagonismo que não pode ser resolvido, superado ou sintetizado em outro plano jamais. Eis aí a situação essencialmente *antinômica* em que se encontra a política brasileira hoje, em 2020; mas até 2013 o que a caracterizava era exatamente o oposto. Não apenas os antagonismos não se congelavam em antinomias irresolúveis, mas eles nem sequer apareciam com sua própria cara, mascarados que ficavam depois de transitar pelas salas trancadas das negociatas pemedebistas.

O capítulo 3 está estruturado em torno de uma das minhas categorias retóricas favoritas, talvez a mais brasileira delas, *o oximoro*. Como a antinomia e a contradição, o oximoro lida com polos de um antagonismo, mas, enquanto naquelas os polos se enfrentam a partir de lugares separados (de forma irresolúvel na antinomia, de forma talvez superável em uma síntese no caso da contradição), no oximoro eles ocupam *o mesmo lugar semântico*. Trata-se aqui de todas aquelas expressões conhecidas e que sugerem uma espécie de enlouquecimento da linguagem: “água seca” ou “círculo quadrado”. A história brasileira sempre foi um desfile incessante de oximoros: a República foi proclamada por um monarquista, a transição pós-ditatorial foi feita por um homem da própria ditadura e o auge das privatizações ocorreu sob o príncipe dos sociólogos de esquerda. A vocação brasileira ao oximoro encontra seu emblema na Praça Tiradentes do Rio de Janeiro, onde não há uma estátua sua, e sim de Dom Pedro I, neto da mesma Dona Maria que ordenara a morte do alferes mineiro. Uma das propostas deste livro é que o lulismo refinou essa vocação do país ao oximoro, atualizando-a em uma sinfonia curiosa, composta de apelos recorrentes e simultâneos aos dois polos. Insuflar a base contra o Grupo Globo enquanto nomeava-se Hélio Costa ministro das Comunicações ou costurar acordos com José Sarney e Romero Jucá enquanto utilizava-se do discurso bolchevique para demolir Marina Silva como “neoliberal fundamentalista”: estas